

Com as recentes medidas fiscais o Reino Unido está a pensar na economia europeia ou na sua economia nacional?

## A reforma fiscal de Brown e a posição de Portugal

**É** natural que a recente iniciativa fiscal do Reino Unido não seja consensual entre a maioria dos Estados-membros da União Europeia e na Comissão Europeia. Há várias razões para isso. Por um lado, esta iniciativa representa o Reino Unido a agir sozinho, fora do quadro da acção concertada pela UE e antes de ela surgir; na prática, representa, também, pouca adesão ao princípio segundo o qual para “problemas globais, soluções globais”. Porém, não é este um *leitmotiv* para mais integração europeia... no discurso de Gordon Brown? Acresce que as medidas de Brown vão muito além da descida do IVA para 15 por cento. Incluem por exemplo um regime fiscal preferencial para os lucros obtidos no estrangeiro, que consiste na sua isenção, de par com o adiamento de novas regras antievasão fiscal. Visando em especial reforçar o Reino Unido como centro mundial de sociedades *holding*. Mas não foi isto que o Código de Conduta da UE relativo à tributação da empresas ou a iniciativa da OCDE no domínio da dita concorrência fiscal prejudicial quiseram impedir? Outra razão para a falta de consenso é que a medida representa a deslocalização da competitividade fiscal para dentro dos conceitos fiscais

gerais. Assim demonstrando que, para ser eficaz na atracção fiscal de investimento, as taxas gerais sobre os lucros não são o mais importante. Razão, entre outras, pela qual sempre defendi que o “choque fiscal” não atingiria os fins que se propunha. Acresce que este tipo de medida é o oposto do que a Comissão visa, em especial com a proposta de harmonização fiscal dita “base fiscal societária consolidada comum”. Uma outra razão é esta: com estas medidas, Brown está a pensar na economia europeia ou na sua economia nacional? Na de Portugal não está. Por isso, esta iniciativa gera-me apreensão. Objectivamente, a descida de impostos no Reino Unido aumenta a desvantagem comparativa de Portugal, que os tem mais altos e estruturalmente desadequados às exigências da integração económica internacional e da união monetária, como há anos venho defendendo. Assim, à já existente desvantagem da localização geográfica periférica, reduzida dimensão do mercado, falta de infra-estruturas públicas de qualidade, incluindo administração pública, qualificação da mão-de-obra, etc., vem somar-se a fiscalidade, que é agora menos atractiva para a decisão de investir, financiar ou consumir... a partir de Portugal. Além disto, a intervenção de Brown deita a

**Nuno  
Sampayo  
Ribeiro**

âncora da economia real na dívida pública. Aumentando a pressão nesse sentido sobre os restantes Estados da UE, nomeadamente àqueles sem finanças públicas sãs, porque não souberam ou não quiseram fazer reformas estruturais. E que só cumprem formalmente o Pacto de Estabilidade e Crescimento à custa de alto nível de desemprego, baixa de investimento estrangeiro e do poder de compra, e de divergência real face à média da UE... e que agora até verão flexibilizado o critério do défice excessivo. Paulatinamente, vai-se percebendo que neste cenário de operações existem dois e não um problema. Além do “buraco financeiro mundial”, temos que os incumbentes da circunstância estão em período pré-eleitoral. E que é nesse quadro que vão gizar a solução. Talvez isto ajude a explicar porque é que a fórmula política que subjaz ao plano Brown-Darling é o *buy now and pay later*. Pergunto: não é um facto que é esta a filosofia que está na origem de Wall Street 2008? Sendo assim, não é verdade que a única novidade é que tudo fica na mesma, mas que para o lugar dos accionistas entram os contribuintes? E caso não resulte, quem substitui os contribuintes? Os nossos filhos? *Responsável pelo departamento fiscal da CCA/Advogados*